

O MATERIALISMO HISTÓRICO-DIALÉTICO E A CIÊNCIA GEOGRÁFICA*

Dinalva Donizete RIBEIRO**

Marcelo Rodrigues MENDONÇA***

Resumo: Propõe-se nesse texto estimular o diálogo de natureza didático-pedagógica, no sentido de apoiar as discussões teórico-metodológicas, principalmente para os iniciantes na Ciência Geográfica, uma vez que, aponta uma visão panorâmica sobre o materialismo histórico e dialético e sua influência na Geografia. Para tanto faz-se um breve retrospecto do contexto sócio-histórico que possibilitou o surgimento do materialismo histórico e dialético e como a Geografia aos poucos “incorporou” categorias e conceitos, que inspirados no método e na teoria social, revolucionaram a Geografia enquanto ciência e precisamente enquanto matéria de ensino.

Palavras-chave: materialismo histórico-dialético; conhecimento geográfico; ciência geográfica; ensino;

Resumen: En este texto proponemos estimular el diálogo de naturaleza didático-pedagógica, con sentido de apoyar las discusiones teórico-metodológicas, principalmente para los que se inician en la Ciencia Geográfica, una vez que, apuntamos una visión panorámica sobre el materialismo histórico y dialéctico y su influencia en Geografía. Para ello, realizamos una breve retrospectiva del contexto socio-histórico que

* Texto de natureza didático-pedagógica (modificado) apresentado como trabalho final à disciplina Metodologia Científica em Geografia, ministrada pelo Prof^o Dr. Eliseu Savério Bposito, no 1^o semestre de 2001, junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia/UNESP/Presidente Prudente.

** Prof^a na Universidade Federal de Goiás – Campus de Jataí. Mestranda em Geografia junto a Faculdade de Ciências e Tecnologia/UNESP/ Presidente Prudente. Email: ddnaribeiro@bol.com.br

*** Prof^o da Universidade Federal de Goiás – Campus de Catalão. Doutorando em Geografia junto a Faculdade de Ciências e Tecnologia/UNESP/ Presidente Prudente. Email: marcelocatalao@bol.com.br

posibilitó el surgimiento del materialismo histórico dialéctico y como la Geografía poco a poco "incorporó" categorías y conceptos, que inspirados en el método y en la teoría social, revolucionaron la Geografía como ciencia y particularmente como disciplina pedagógica.

Palabras-clave: materialismo histórico-dialéctico; conocimiento geográfico; ciencia geográfica; enseñanza;

1. INTRODUÇÃO

Segundo Sodré (1989), o conhecimento geográfico, talvez seja o conhecimento de história mais longa, pois surgiu e se desenvolveu com os primeiros passos do homem no seu devenir constante. Ao longo da história da humanidade o conhecimento geográfico assumiu papel preponderante na sobrevivência dos grupos humanos e precisamente na arrumação espacial através do trabalho. As múltiplas ações e mediações materiais e imateriais compreendidas como a processualidade essencial na produção do espaço geográfico, possibilitando perceber a natureza ontológica do trabalho na relação homem/natureza e na dinâmica sócio-espacial e geográfica. Assim se pretende dialogar a partir da abordagem teórico-metodológica (materialismo histórico e dialético) não apenas enquanto método sócio-histórico de investigação das diversas configurações geográficas, mas também como teoria social, ou seja, como possibilidade concreta de refletir/apontar a transformação social, tão necessária e legítima, rumo a emancipação humana e a construção de uma nova sociedade.

Iniciamos pelo termo: materialismo pode ser definido como uma postura filosófica que postula a matéria como algo que precede a consciência. Existem diversas tendências no seio do materialismo, assim para desvelar aquela que corresponde à abordagem de Marx e Engels - materialismo histórico e dialético - torna-se premente partir dos referidos autores. Ouçamos o próprio Engels:

O movimento é o modo de existência, a maneira de ser da matéria. Nunca, em parte alguma, houve nem pode haver matéria sem movimento. O repouso, o equilíbrio, nunca são mais do que relativos, nunca têm sentido a não ser em relação a tal ou qual forma dada de movimento. (ENGELS (1970, p. 69)

A noção de matéria e de movimento é que valida o termo - materialismo histórico e dialético - pois antes de Marx e Engels, os materialistas metafísicos não percebiam o movimento da matéria e acreditavam na oposição irreduzível entre os contrários. Marx e Engels sistematizam o materialismo histórico e dialético a partir de dois domínios intelectuais antes separados: o materialismo filosófico e inserindo nessa nova sistematização, um segundo aspecto, qual seja, a dinâmica dos processos sociais.

Segundo Engels, (1979, p.39) o desenvolvimento do universo poderia expressar-se de acordo com as leis dialéticas, que afirmava terem sido "extraídas da história da natureza, assim como da história da sociedade humana". A partir desse pressuposto formula as leis centrais da dialética: a lei da transformação da quantidade em qualidade e vice-versa; a lei da interpenetração dos contrários; e a lei da negação da negação;

Considerando essa breve introdução, far-se-á a seguir um esboço sucinto das condições que possibilitaram o surgimento do materialismo histórico e dialético como teoria social e como método de investigação sendo amplamente utilizado na interpretação das múltiplas realidades geográficas.

2. AS TRÊS FONTES CONSTITUTIVAS DO MARXISMO

A emergência do materialismo histórico e dialético, resulta das condições sócio-econômicas, das condições científicas e das condições filosófico-teóricas gestadas no decorrer do século XVIII e que afloram em meados do século XIX de forma sistematizada.

Todavia essas condições não podem ser analisadas sem considerarmos a inserção das mesmas no debate filosófico que acompanhou e ainda se faz presente na história da humanidade - idealismo x materialismo - inclusive acerca da teoria do conhecimento.

Os filósofos idealistas consideram o espírito - a consciência - existindo antes da matéria. Partem da idéia de que a consciência, existindo antes da matéria, deu origem a vida, sendo portanto, base de tudo que existe no mundo. Dentre as correntes idealistas, destacaremos duas: os idealistas subjetivos afirmam que o mundo é criado pela consciência do indivíduo (sujeito). Já os idealistas objetivos afirmam que o mundo é criado por uma consciência objetiva que existe para além do homem, chamada ora de "idéia absoluta" ora de "razão universal".

Os filósofos materialistas consideram que a matéria deu origem a consciência. Partem do princípio segundo o qual a natureza existe independentemente do pensamento e da vontade dos homens e possui leis próprias de existência. A filosofia marxista - principal tendência na filosofia materialista e única na compreensão e utilização do materialismo histórico e dialético como teoria social e como método de investigação - afirma que o pensamento é produto do desenvolvimento histórico da matéria e propriedade de um corpo material altamente organizado e complexo - o cérebro humano. Isto quer dizer que a idéia é um fenômeno histórico, que nasceu em determinadas condições. É através da consciência que o homem pode conhecer e transformar a natureza e a sociedade.

Considerando as condições para o surgimento do marxismo - materialismo histórico e dialético - como uma nova teoria da sociedade, discutiremos pontualmente e de maneira sucinta os fatores que possibilitaram a sua emergência, quais sejam: as condições sócio-econômicas; as condições científicas; e as condições filosófico-teóricas. Vale lembrar que essas condições se imbricaram dialeticamente, não sendo uma mais ou menos importante do que outra, mas todas resultantes do processo histórico-social que culminou com o aparecimento do materialismo histórico e dialético.

Quanto às condições sócio-econômicas, verifica-se um crescente aguçamento das contradições (classes sociais) na sociedade capitalista. O desenvolvimento incessante das forças produtivas não tinha a devida correspondência nas relações sociais de produção e principalmente nas relações sociais de trabalho, uma vez que, a produção aumentava significativamente, porém as condições de trabalho (superexploração dos trabalhadores, elevadas jornadas de trabalho, baixos salários, etc.) resultavam em condições de vida extremamente precárias para a maioria dos trabalhadores.

Nesse contexto, o desenvolvimento da sociedade capitalista coloca no cenário histórico uma nova classe social - o proletariado - que juntamente com a burguesia expressam o antagonismo de classes. O movimento da classe operária acirra a luta de classes, o que permite vê-la cientificamente como a força motriz da história.

A agudização entre as classes sociais torna-se cada vez mais intensa explodindo com as insurreições, iniciadas com o levante dos operários franceses em Lyon em 1831 e 1834, com a insurreição dos tecelões alemães na Silésia e com o movimento cartista na Inglaterra (1836-1847), movimentos que culminaram com a onda revolucionária que abalou a Europa em 1848, denominada "Primavera dos Povos". Os movimentos operários tornam-se cada vez mais intensos, exigindo condições materiais, e assim, conseguem assegurar uma intervenção própria, reivindicando o seu papel histórico enquanto classe social revolucionária. Para tanto, era necessária a elaboração de uma teoria científica que permitisse ao proletariado conhecer as leis do desenvolvimento da sociedade e assim utilizar as condições criadas pelo próprio capitalismo com o intuito de superá-lo e construir uma sociedade socialista. O marxismo surge como exigência do proletariado em conhecer as leis do desenvolvimento do modo de produção capitalista, ou seja, no próprio desenvolvimento do proletariado enquanto classe revolucionária.

Quanto às condições científicas a concepção materialista-dialética da natureza já vinha se firmando entre diversos cientistas. Partindo desse pressuposto - da necessidade de compreender o materialismo dialético enquanto dialética da natureza - há que ressaltar

a forte herança do materialismo filosófico dos séculos XVII e XVIII, que se baseando nos dados das ciências naturais, ofereciam uma explicação materialista da natureza, partindo da própria natureza.

Essa atitude revela uma nova metodologia para as ciências naturais, que não mais recolhe e estuda os fenômenos isoladamente, mas busca agora, uma base teórica para explicar e estabelecer as relações entre eles.

Marx e Engels viam na dialética de Hegel a doutrina do desenvolvimento mais vasta, mais rica de conteúdo e mais profunda, a maior aquisição da filosofia clássica alemã. Consideravam qualquer outro enunciado do princípio do desenvolvimento, da evolução, unilateral, pobre, que mutilava e deturpava a marcha real do desenvolvimento (marcha que muitas vezes se efectua através de saltos, catástrofes, revoluções) na natureza e na sociedade. (LÊNIN, 1918, p. 64).

A concepção materialista-dialética da natureza apoiou-se em três descobertas das ciências naturais:

a) a lei da conservação e transformação da energia (meados do séc. XIX) provando que a energia ao passar de uma forma para outra, não desaparece, nem se cria, isto é, as chamadas forças físicas e até mesmo a força química, podem transformar-se umas nas outras, sob determinadas condições. Essa lei assegura a unidade material do mundo, conforme a expressão de Engels: "O ciclo eterno da matéria em movimento".

b) a teoria da estrutura celular dos organismos vivos, que assinalou o avanço do materialismo no campo da biologia e confirmou a unidade material da natureza viva.

c) a teoria evolucionista de Charles Darwin que demonstrou que a natureza viva evolui e que o homem é um produto da natureza e resultado da longa evolução da matéria viva.

A partir desse momento (meados do séc. XIX) inicia-se um processo de reestruturação da ciência natural baseado no materialismo

histórico e dialético. Há que se destacar as condições filosóficas e teóricas que juntamente com as descobertas científicas acima, possibilitaram a emergência do marxismo, evidentemente, associado às condições sócio-econômicas da época.

No que se refere às condições filosóficas e teóricas, Marx e Engels incorporaram o que havia de mais avançado (segundo a abordagem proposta) no campo das ciências históricas, inclusive na filosofia.

A contribuição dos pensadores burgueses e dos socialistas utópicos foi fundamental para a contraposição às leis e ao desenvolvimento do modo de produção capitalista. Para tanto, destacam-se os economistas ingleses (Adam Smith e David Ricardo) que analisaram os fundamentos econômicos da divisão de classes e a constituição da sociedade burguesa. Essa escola clássica, surgida na Inglaterra, berço da Revolução Industrial, estava impregnada de uma concepção burguesa mas chegara a conclusões verdadeiras e importantes, como a teoria do valor. Com base nesta teoria, Marx e Engels desenvolveram a teoria da mais-valia, desvendando o mecanismo da exploração do trabalho pelo capital.

Também a contribuição dos socialistas utópicos franceses foi de fundamental importância, uma vez que, o movimento operário francês mostrou-se extremamente combativo, sendo assim, um verdadeiro "laboratório" para os pensadores que faziam a crítica à sociedade burguesa. Dentre os principais socialistas utópicos destacam-se:

a) Henri de Saint Simon (1760-1827), explicou a Revolução Francesa como resultado da luta do Terceiro Estado contra a nobreza feudal, dando assim, uma idéia de luta de classes. Denunciou em seus escritos as "classes parasitárias" e enalteceu as "classes produtoras".

b) Charles Fourier (1772-1837), apontou com ironia os absurdos da economia de mercado. "Sob o capitalismo, o médico deseja que haja o maior número de doenças, o arquiteto sonha com incêndios que destruam a cidade". Propõe comunidades de trabalhadores - os falanstérios.

c) Robert Owen (1771-1858), de origem humilde chega a possuir uma grande fábrica na Escócia. Nessa fábrica propõe a redução da

jornada de trabalho, ergue casas, escolas para os operários e funda o primeiro jardim de infância e a primeira cooperativa, estabelecendo os princípios doutrinários do sistema cooperativista.

d) Auguste Blanqui (1805-1881), opta pela via revolucionária e por várias vezes tenta a tomada do poder na França. Perseguido, passou mais da metade de sua vida no cárcere. Ele e seus companheiros foram a força majoritária na Comuna de Paris (1871) e confiavam que a revolução seria feita por pequenos grupos conspirativos.

e) Pierre Proudhon, denuncia o sistema burguês com audácia e ironia em sua obra - O que é a propriedade? - Para ele "a propriedade é um roubo". Todavia defende a pequena propriedade agrícola artesanal, acreditando ser essa forma de propriedade o futuro da humanidade. Sua obra depois de inspirar o anarquismo, tendeu à conciliação e ao conservadorismo.

As idéias desenvolvidas pelos socialistas utópicos faziam a crítica à sociedade burguesa, porém não percebiam as leis, as contradições e tendências do capitalismo, não conseguindo apontar as formas de superação do mesmo. No lugar da luta de classes apelavam pela razão humana e não reconheciam o proletariado enquanto classe capaz de superar o capitalismo a partir da luta revolucionária.

Da filosofia alemã, Marx e Engels tomam em especial a dialética de G. W. Friedrich Hegel - a concepção que analisa a matéria (concreto) em seu incessante movimento a partir de suas contradições internas. O filósofo idealista alemão formulou os princípios fundamentais da dialética desempenhando um papel central na formulação do materialismo histórico e dialético: Marx e Engels resgatam a dialética hegeliana "de ponta cabeça" colocando-a em bases materialistas, convertendo-a em rigorosa doutrina científica sobre o desenvolvimento da natureza, da sociedade e do pensamento.

Também L. Feurbach - filósofo alemão - exerceu grande influência na formação do materialismo histórico e dialético. A sua crítica à religião (teologia) e às concepções idealistas de seu tempo foram fundamentais para a formação de Marx. No debate com Feurbach, Marx elaborou a célebre máxima "os filósofos até hoje se contentaram em explicar o mundo, mas trata-se de transformá-lo."

Citando Lênin (s/d) - As três fontes e as três partes constitutivas do marxismo - pode-se concluir que, das condições históricas enunciadas (vivenciadas em meados do século XIX) desdobra-se as três fontes teóricas imediatas: a economia política inglesa; o socialismo utópico francês; e a filosofia clássica alemã; que possibilitaram uma nova concepção de mundo, inconciliável com a superstição, com a reação e com a defesa da opressão burguesa.

1. O MATERIALISMO HISTÓRICO E DIALÉTICO E O CONHECIMENTO

Inaugura-se na história da filosofia e da ciência uma mútua interação, da qual resulta, uma concepção e uma postura filosófica do mundo - o materialismo dialético - e da história (evolução social) - o materialismo histórico. Em outras palavras, o materialismo é uma concepção geral do mundo com a forma concreta que esta concepção do mundo assume em determinada fase histórica.

O materialismo histórico e dialético - ciência da sociedade - emerge da complexa e contraditória sucessão de acontecimentos históricos, buscando algum nexo nesses elementos como forma de explicar e transformar a vida social, política, econômica e cultural.

Ao proporem o materialismo histórico e dialético como estudo da sociedade, Marx e Engels formularam uma teoria científica coerente e harmônica que rompeu com a visão idealista presente até então nas ciências sociais. O eixo central da nova teoria social é a de que a existência social é que determina a consciência social.

Daí compreender que o materialismo histórico é a ciência das leis gerais que regem o desenvolvimento da sociedade em seu conjunto, pois estuda as relações mútuas entre todos os aspectos da vida social. Resulta então, da extensão do materialismo dialético marxista ao conhecimento da sociedade, ao estudo da vida social e à explicação da história da sociedade.

No âmbito da pesquisa, considerando as múltiplas realidades e os fenômenos em suas relações com as condições em que surgiram, a

abordagem materialista-dialética coloca que tudo depende das condições do lugar e da época. Isso deve ser observado pelo pesquisador que partilha dessa teoria social e desse método de investigação. Lênin diz: "Todo o espírito do marxismo, todo o sistema exige que cada situação seja considerada: a) somente do ponto de vista histórico; b) somente em relação às outras; c) somente em relação à experiência concreta da história;" Lênin (s/d, p.200).

Demo (1989), coloca com clareza a 'operacionalização metodológica'. De acordo com o autor temos a tese, a antítese e a síntese, que agora se toma uma nova tese.

a alma da dialética é o conceito de antítese. Quer dizer que toda realidade social gera, por dinâmica interna própria, o contrário, ou as condições objetivas e subjetivas para sua superação. A antítese alimenta-se da estrutura do conflito social, tornando-se também marca estrutural da história, que caminha por antíteses. (DEMO, 1989, p 91).

A partir dessas breves considerações, iremos perceber a influência do materialismo histórico e dialético na ciência geográfica, antes, porém destacaremos o meio geográfico como uma condição necessária e permanente que influi na vida material da sociedade.

A medida em que, as experiências do trabalho se acumulam e se aperfeiçoam, precisamente com o advento da técnica e da tecnologia, as influências do meio geográfico no desenvolvimento da humanidade foi sendo gradativamente diminuída. Todavia, o trabalho é um processo que se opera entre o homem e a natureza, e mesmo com todo o aparato técnico-científico (meio técnico-científico-informacional) não se pode secundarizar a influência do meio geográfico no meio social.

Seguindo o direcionamento apontado pelos filósofos materialistas, Marx e Engels consideram o conhecimento como reflexo da materialidade na consciência do homem. O conhecimento como um processo complexo, contraditório, (des)construído historicamente, buscando os fenômenos objetivos e sua essência, as conexões internas e regulares entre os objetos e fenômenos.

O conhecimento é cumulativo. Iniciado com o conhecimento sensível (sensações, percepções, representações, etc.) sendo através da atividade prática (produção) que o homem exerce influência sobre os fenômenos e recebe determinadas sensações e percepções. Para os marxistas, as sensações e percepções são imagens subjetivas do mundo objetivo. Dessa forma, qualquer investigação do conhecimento sensível não pode relegar as condições históricas objetivamente dadas. Assim o conhecimento sensível é fundamental para se chegar ao conhecimento abstrato, que nos permite conhecer e descobrir as leis mais gerais (a generalização) e daí desvelar a essência dos fenômenos.

A partir dessa discussão e seguindo essa abordagem, os marxistas colocam a questão da prática na teoria do conhecimento, que de acordo com a filosofia marxista não apenas explica o mundo mas busca transformá-lo. De forma generalizada compreende-se por prática o trabalho do homem, sua atividade nos terrenos político e social, na produção dos bens materiais e na experimentação científica. A prática é a base e o objetivo do conhecimento, ela verifica e informa, em cada momento histórico, a própria teoria.

É a partir da prática social que se estabelece os critérios científicos, portanto a verdade. O materialismo histórico e dialético tem em conta que o conteúdo do conhecimento é a realidade objetiva, a qual não depende nem do homem, nem da humanidade, portanto, no conteúdo o conhecimento é objetivo e na forma é subjetivo. É a prática social que assegura a compreensão da realidade, que por sua vez, possibilita o avanço da teoria.

4. O MATERIALISMO HISTÓRICO E DIALÉTICO E A CIÊNCIA GEOGRÁFICA

A partir desse breve histórico acerca da constituição do materialismo histórico-dialético, se busca perceber a existência de uma teoria da Geografia a partir dessa abordagem teórico-metodológica filosófica.

De acordo com Quaini (1979), não é possível reconhecer nos fundadores do materialismo histórico e dialético os precursores da Geografia, porém, a Geografia está presente no marxismo em todos os momentos em que a análise parte da organização da sociedade, ou seja, da organização espacial da sociedade.

A reflexão marxista sobre a estrutura social e a leitura geográfica da organização espacial da sociedade se dá de forma paralela. Uma vez que, a produção do espaço, mediada pelo trabalho, torna-se preocupação central dos geógrafos pesquisadores, que agora “descobrem” os espaços geográficos historicamente (re)produzidos. Observe a citação de Castro

os geógrafos marxistas têm, como ponto central de seus estudos, o relacionamento de formação social com o espaço. A estrutura espacial, deste modo, não se faz segundo regras determinísticas de puros mecanismos econômicos, mas em contexto de um dado modo de produção e de uma dada formação social. (CASTRO, 1995, p.59)

Dessa forma, a Geografia que se embasa no materialismo histórico e dialético não apreende a estrutura espacial segundo regras determinísticas (físicas e econômicas), mas sim a contextualizando num dado modo de produção hegemônico e numa dada formação sócio-econômica específica.

Até então, (meados dos anos 50 do século XX), os profissionais da Geografia davam ênfase às generalizações via método indutivo e/ou dedutivo, que era o objetivo final para a pesquisa geográfica, embora, ocorresse a predominância do método dedutivo. Criticavam a abordagem ideográfica-monográfica – centrada na individualidade dos fenômenos geográficos – e adotaram uma abordagem nomotética, ou seja, princípios e leis gerais que buscavam regular e/ou normatizar os fenômenos geográficos. Essa Geografia começa a demonstrar sinais de esgotamento operacional logo após a Segunda Grande Guerra.

Mediante a nova conjuntura mundial pós-guerra (capital financeiro, transnacionalização, etc.) a Geografia Tradicional entra em

crise, impulsionada pelo desenvolvimento das ciências que exigia um “novo” pensamento filosófico, que ultrapassasse os postulados positivistas e neopositivistas. As formulações do positivismo clássico já não mais respondiam à complexidade da realidade, pois se destacava o desenvolvimento do capitalismo financeiro, a alteração na base social e em crescentes índices de urbanização, possibilitando transformações sócio-espaciais significativas nos países centrais e principalmente na periferia, ou seja, nos países periféricos. Passou-se a buscar um novo significado para a Geografia, além da descrição e da representação da Terra, era necessário que essa ciência, apreendesse o espaço geográfico e suas complexas configurações, a partir da economia mundializada.

Segundo Bray (1980), as mudanças ocorridas após 1945 decorreram de vários fatos, dentre eles; a filosofia neopositivista, o método estruturalista, a teoria dos sistemas, o neokantismo e o desenvolvimento dos computadores.

Os geógrafos que aderiram a essa forma de pensamento reclamavam uma reformulação conceitual e pragmática para a Geografia poder se impor e se afirmar como ciência. É o auge dos planejamentos regionais e como o geógrafo não possuía uma linguagem técnica, matemática e sistêmica, a sua contribuição era inferior ao economista ou outros profissionais que passaram a trabalhar o espaço geográfico, porém sem compreendê-lo. Sendo assim, os geógrafos buscaram se aperfeiçoar objetivando corresponder às novas exigências postas pelo processo produtivo, assimilando de forma acelerada e acrítica os postulados colocados pelo neopositivismo, naquele momento confundido com o Movimento de Renovação.

A Geografia Teorético-Quantitativa e a Geografia Crítica foram duas vertentes distintas que surgiram com o Movimento de Renovação da Geografia e que são delimitadas pela postura político-metodológica de seus autores. Ambas traçam críticas à Geografia Tradicional e buscam um objeto, um método e um novo significado para a Geografia.

A crítica da Geografia Teorético-Quantitativa feita a Geografia Tradicional não é profunda no que diz respeito aos seus compromissos sociais. Até mesmo porque o descompromisso social é mantido. A crítica

se limita a não aplicabilidade dos estudos tradicionais. Nesse sentido de continuidade ao pensamento tradicional, uma vez que, propõe um desenvolvimento prático e ideológico a serviço do planejamento estatal burguês, ou seja, uma geografia utilitarista. O que ocorre, na verdade, é uma passagem do positivismo clássico ao neopositivismo de acordo com as novas configurações do espaço mundial. As desigualdades sociais não são consideradas na análise espacial, sendo os dados, a quantidade, a frequência, as regularidades, as preocupações centrais dos pesquisadores que optaram por esse paradigma, embriagado por um conteúdo prático e ideológico, comprometido com as discussões oficiais e as elites hegemônicas.

A Geografia Crítica, a outra vertente do Movimento de Renovação da Geografia, referenciou-se no materialismo histórico e dialético, sendo essa abordagem teórico-metodológica hegemônica a partir dos anos 80, precisamente nas universidades brasileiras. Segundo Moreira,

Respirando o ar de um período marcado pelo debate interno do marxismo e a crítica deste aos coveiros estruturalistas e neopositivistas da história, a renovação da geografia nasceu falando a linguagem marxista de Lefebvre, Althusser e Gramsci – a que entre nós irá acrescentar-se Lukács, introduzido na reflexão geográfica pelos trabalhos de Armando Corrêa da Silva. (MOREIRA, 1992, p.11).

Este pensamento abre crítica radical às posturas da Geografia Tradicional e da Geografia Teorético-Quantitativa enquanto um saber comprometido com o Estado e formula as condições para que a Ciência Geográfica “pudesse ser utilizada enquanto uma arma” para libertação do homem e a construção de uma nova sociedade – a sociedade socialista.

Os autores críticos questionam o empirismo da Geografia Tradicional, a análise aparente, o isolamento dos geógrafos e apontam a relação entre o discurso geográfico e o imperialismo, pautada na

preocupação, sempre presente, com a expansão territorial e/ou econômica. Segundo Moreira,

A reação espontânea é a da denúncia do oficialismo histórico, por perceber-se ser esta ligação a fonte da crise. É a fase da crítica lacosteana resumida em ‘A Geografia: denúncia da geografia do professor (o discurso comprometido sob a face do saber neutro, inútil, ingênuo e desinteressado que lida com a ‘paisagem-espetáculo’) e da geografia dos estados-maiores (o saber estratégico circunscrito a poucas mãos que lida com o espaço - daí o mapa como arma de construção de hegemonias desses poucos sobre todos). (MOREIRA, 1992, p.13).

O ponto máximo da mistificação da Geografia, segundo Lacoste (1993) é quando ela é tida como supérflua, inútil. É aí que escondida atrás de um discurso neutro e inocente ela (a Geografia) cumpre o seu papel de mascarar a realidade.

Segundo Moraes (1994), os geógrafos críticos apontam a relação entre a Geografia e o Estado capitalista e vem para desmascarar os compromissos sociais burgueses contidos no discurso geográfico. Para que isso acontecesse, fazia-se necessário superar o positivismo lógico imposto à Geografia e ocupar-se do seu objeto de estudo, que até então estava marginalizado. A interpretação dialética, enquanto lógica de relações, é entendida e absorvida como o caminho necessário que faltava à Ciência Geográfica.

Os estudos geográficos tomaram o sentido de investigar a organização do espaço superando a leitura dos lugares isolados em si mesmos e a natureza como a-histórica. Nessa perspectiva à Geografia também investigar o espaço enquanto um espaço social, o que para Moreira (1992, p.21) é a base para uma Geografia capaz de possibilitar transformações sociais.

A Geografia Crítica se constitui, então, como denúncia. Segundo Lacoste (1993), existia uma Geografia dos Estados-Maiores, que sempre esteve ligada ao poder (Estado), enquanto um saber estratégico de

dominação espacial e uma Geografia dos Professores, que se revestiu de um discurso apolítico. Esse discurso visava a obtenção de dados e informações estratégicas que servisse à Geografia dos Estados-Maiores, propiciando, dessa forma, uma visão integrada do espaço ao Estado, enquanto às classes populares ficava a noção isolada dos lugares, o que contribui para a transformação do espaço na prisão do homem, além de sua morada.

Para Milton Santos,

uma ciência do homem deve cuidar do futuro não como um mero exercício acadêmico, mas para dominá-lo. Ela deve tentar dominar o futuro para o Homem, isto é, para todos os homens e não só para um pequeno número deles. Se o homem não for, também um projeto, retorna ao homem animal que ele era quando, para assegurar a reprodução de sua própria existência, não comandava as forças naturais. (SANTOS, 1986, p. 213).

A nova perspectiva geográfica (baseada no materialismo histórico e dialético) buscava novos caminhos e para isso fazia-se necessário aprofundar o debate e o entendimento das categorias de análise da Geografia, tais como região, paisagem, espaço, território e tantas outras que permeiam o discurso geográfico desde Humboldt e Ritter até a atualidade. Todavia essas categorias tinham sido pouco investigadas pelo viés do materialismo histórico e dialético, o que permitiria o entendimento das mesmas através do movimento social que as produz. Não havia uma tradição de pesquisas e estudos geográficos a partir dessa abordagem teórico-metodológica, o que gerou "radicalismos" e até mesmo o abandono das pesquisas regionais sob o discurso de que fazê-las era partilhar da concepção arcaica e retrógrada que nutria a Geografia Tradicional.

No entanto essa observação não invalida, ao contrário, busca inclusive reforçar a necessidade e o papel político-social desenvolvido pela Geografia nos anos 80 e 90 no Brasil, mediante o engajamento político e o debate salutar e necessário entre os geógrafos, até então

pouco instigante. No bojo das investigações baseadas na análise crítica não incorporadas novas categorias de análise como espaço-mercadoria, divisão territorial do trabalho, relações sociais de produção, relações sociais de trabalho, extração de mais-valia, etc.

No Brasil, o ano de referência para a emergência da Geografia Radical ou Crítica, foi 1978, quando da realização do III Encontro Nacional de Geógrafos, em Fortaleza-Ceará. A geografia brasileira entrou num processo de ebulição, em um movimento de crítica e renovação, que tinha se iniciado com a entrada clandestina no Brasil, em 1974, da obra - A Geografia - de Yves Lacoste, possibilitando um fervilhamento de idéias e ações que culminaram no reconhecimento do saber geográfico, precisamente entre as camadas populares e a sociedade civil organizada.

De acordo com Moreira (1992), "A publicação do texto A Geografia de Yves Lacoste e a difusão das obras de Lefebvre sobre espaço e urbanismo são a lenha que queimam na ebulição que vem crescendo desde a primeira metade dos anos 70 entre os geógrafos do Rio de Janeiro". (1992, p.07). Estas obras e reflexões partiam de uma compreensão marxista, com críticas bastante amadurecidas sobre a Geografia que se desenvolvia até então.

As revistas Heródote, Boletim Paulista de Geografia e outras tiveram um papel relevante para fazer circular os debates que estavam ocorrendo na academia. Elas funcionaram como mediadoras publicizando os debates e discussões como forma de contemplar as novidades teórico-conceituais.

Finalizando, queremos destacar a contribuição de Milton Santos, o que Moreira (1992), chamou de "o toque certo de genialidade" foi a obra de Milton Santos (1978) onde ele aponta a historicidade do espaço. Observe a citação:

como que num repente, descobre-se a pólvora: a historicidade do espaço. Ao longo de suas páginas verifica-se que o espaço é o produto da história. Com ele, a historicidade do espaço entra em cena na Geografia, e isto tem um impacto extraordinário. Se o espaço tem natureza histórica, seu modo

de entender muda de todo. Mais que isto: se for ele o objeto da Geografia, então também nela tudo muda de todo, uma vez que nela tudo é historicidade. (MOREIRA, 1992, p.09).

Com a historicidade do espaço aperfeiçoado por Santos e a incorporação do materialismo histórico e dialético, a Geografia se encontrou na perspectiva de se libertar das amarras positivistas e neopositivistas que a cercaram até então.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A chamada Revolução Teorético-Quantitativa (Nova Geografia), após a década de 50, introduziu modelos e técnicas, mas também mudanças teórico-conceituais, filosóficas e metodológicas na Ciência Geográfica. Os geógrafos neopositivistas criticavam o trabalho de campo empírico-tradicional e passaram a utilizar técnicas mais sofisticadas de análise e obtenção de dados (deduções lógico-matemáticas).

A Geografia, mais uma vez, mergulha de cabeça no poço profundo da vaidade e adota de forma imediatista as técnicas como a tábua de salvação para a ciência geográfica e precisamente para os geógrafos ansiosos pelas fatias do mercado, patrocinado pelas necessidades do capital e do próprio processo de acumulação.

Até mesmo, Gerardi & Silva (1981), em poucas linhas do seu manual de Geografia Quantitativa, preocupa-se com o exagerado apego às análises quantitativas.

a falta de relevância de muitas análises quantitativas e o conseqüente distanciamento de questões fundamentais de ordem sócio-espacial e ambiental tem sido apontada nos últimos anos. (...) podemos dizer que realmente, em muitos casos, houve uma preocupação exagerada com o tratamento dos dados e uma insuficiente atenção com o rigor do pensamento científico em relação aos laços que devem necessariamente existir entre as idéias e os dados (GERARDI & SILVA, 1981, p. 09).

Na década de 70, novas orientações políticas e econômicas chegam as universidades, principalmente nas européias com a emergência dos movimentos de contestação no final dos anos 60, com a significativa manifestação dos estudantes, dos trabalhadores e das minorias. Lutavam por direitos sociais e por mudanças radicais no comportamento e na atitude daquelas sociedades. Temas como liberdade sexual, drogas, feminismo, rock, pílula anticoncepcional, guerra no Vietnã, movimentos pacifistas e ecológicos, etc. denominados de contracultura foram a pauta das grandes manifestações que abalaram a elite no mundo ocidental e possibilitaram uma ampla reflexão acerca do papel das ciências sociais na sociedade.

As reformas políticas e econômicas advindas da crise dos anos 70 – crise do modelo de regulação – significaram um novo reordenamento espacial a partir dos inventos científicos e tecnológicos, que propiciaram novas relações sociais de produção e novas relações sociais de trabalho. O corte nas verbas e a diminuição do orçamento para a área social foram respostas à crise do modelo de acumulação que, necessitava se reestruturar com o intuito de assegurar a hegemonia das empresas transnacionais e do capital financeiro.

Esse momento também possibilitou um desvelamento dos problemas sociais e ambientais vivenciados por grande parte dos indivíduos, nas áreas bem sucedidas (países centrais), mas principalmente nas áreas periféricas, onde o desenvolvimento técnico-científico não se traduziu em melhoria nas condições de vida das sociedades, a não ser de uma pequena elite, que no poder, perpetrava a situação de pobreza e miséria social e intelectual.

As críticas eram inevitáveis. O comprometimento dos cientistas e dentre eles os geógrafos, sofre intensos questionamentos, não apenas pelos cientistas progressistas, mas também pela sociedade civil organizada. Exigiam-se novas interpretações e novas alternativas para os milhões de excluídos que não possuíam e ainda não possuem as mínimas condições de sobrevivência. Assim, surgem novas teorias para a Ciência Geográfica, que com certeza significaram grandes avanços para a teoria, a metodologia e a pesquisa em Geografia.

Concluindo, a introdução do materialismo histórico e dialético, não apenas como método de investigação, mas sobretudo como teoria social foi vital para o amadurecimento da Ciência Geográfica, que hoje possui maior clareza do compromisso social e político (rumo a uma sociedade justa e humana) que deve ter o profissional da geografia. A inserção da questão espacial na Geografia apontou um leque de possibilidades, que até então, nunca havia ocorrido com a Ciência Geográfica. De forma que, o espaço geográfico tornou-se a essência do fazer geográfico, ainda que, com outras abordagens, necessárias e importantes, que apareceram para a interpretação das realidades sócio-espaciais, porém referenciando-se no paradigma sócio-espacial.

6 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, M. C. Geografia - ciência da sociedade. Uma introdução à análise do pensamento geográfico. 1. ed. São Paulo: Atlas, 1992.
- BRAY, S. C. Considerações sobre o método de interpretação funcionalista na geografia. *Boletim de Geografia Teórica*. v. 6, n. 7, UNESP - Rio Claro, nov/1980.
- _____. Introdução ao estudo da interpretação funcionalista na geografia. *Boletim de Geografia Teórica*. v. 2, n. 4, UNESP - Rio Claro, out/1977
- BRAY, S. C. e CAMARGO, J. C. G. Transformações e tendências da ciência geográfica. UNESP - Rio Claro, 1995. Mimeografado.
- CAPEL, H. *Filosofía y ciencia en la geografía contemporánea*. Una introducción a la geografía. Barcelona: Barcanova, 1981.
- CASTRO, J. de. O movimento radical na geografia. Teoria e Prática. *Revista de Ciências Humanas e Políticas*. n. 6. Goiânia: UFG, março de 1995.
- CHAVES, M. R. As transformações recentes na ciência geográfica. Geografia radical. Monografia, UFG-Campus de Catalão, 1994. Mimeografado.

- CHRISTOFOLETTI, A. (Org.). *Perspectivas da geografia*. 2. ed. São Paulo: Difel, 1985.
- CLAVAL, P. *A nova geografia*. Coimbra: Livraria Almedina, 1982.
- COMTE, A. *Curso de filosofia positiva - Seleção de textos de José Arthur Giannotti*; traduções de José Arthur Giannotti e Miguel Lemos - São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- COSTA, J. C. Augusto Comte e as Origens do Positivismo. *Revista de História*, São Paulo: USP, 1951.
- DEMO, P. *Metodologia científica em ciências sociais*. São Paulo: Atlas, 1989.
- ENGELS, F. *El anti-duhring*. Trad. José Verdês Montenegro y Montero, Buenos Aires: Claridad, 1970.
- ENGELS, F. *A dialética da natureza*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- GERARDI, L.H. O. e SILVA, B. C. M. N. *Quantificação em geografia*. São Paulo: Difel, 1981.
- HARTSHORNE, R. *Propósitos e natureza da geografia*. Trad. Thomaz Newlands Neto; Supervisão de Fábio M. S. Guimarães e L. M. C. Bernardes -, 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1978.
- JOHNSTON, R. J. *Geografia e geógrafos: a geografia humana anglo-americana desde 1945*. Trad. Oswaldo Bueno A. Filho. São Paulo: Difel, 1986.
- LACOSTE, Y. *A geografia - isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra* 3.ed. Campinas: Papirus, 1993.
- LENIN, V. I. *Obras Completas*. 5. ed. em russo, Tomo XXVI, pp. 43-93 - Karl Marx - Breve nota biográfica com uma exposição do marxismo. Publicado em 1918 na brochura - N. Lenine, K. Marx, Moscovo: Pribói, s/d.
- _____. *Obras completas*. Tomo XXXV, Alfa-Omega, s/d.
- _____. *As três fontes e as três partes constitutivas do marxismo*. *Obras Escolhidas*, v. 1, Alfa-Omega, s/d.
- LÖWY, M. *As aventuras de Karl Marx contra o Barão*

Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento. 2. ed. Busca Vida, 1987.

MARX, K. e ENGELS, F. **Manifesto do partido comunista.** Textos - vol. III, Edições Sociais, São Paulo: Círculo do Livro S. A., s/d.

MORAES, A. C. R. **Geografia – pequena história crítica.** 13. ed. São Paulo: Hucitec, 1994.

MOREIRA, R. Assim se passaram dez anos da renovação da geografia no Brasil. (1978-1988). **Caderno Prudentino de Geografia.** (Geografia, Natureza e Cidadania). Presidente Prudente, junho de 1992.

QUAINI, M. **Marxismo e geografia.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

SANTOS, M. **Por uma geografia nova.** 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1986

SODRÉ, N. W. **Introdução a geografia: geografia e ideologia.** 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1989.

WARDE, M. J. **Liberalismo e educação.** Tese de Doutorado. São Paulo: PUC, 1992. Mimeografado.